



## Relatório Técnico 00001/2025-1

**Protocolo:** 00727/2025-5

**Assunto:** Procedimento preliminar de análise de contas

**Criação:** 14/01/2025 11:15

**Origem:** NPPREV - Núcleo de Controle Externo de Fiscalização de Pessoal e Previdência

### PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (PREFEITO)

Município	Iconha
Exercício	2023
Vencimento	01/04/2026
Prefeito <sup>1</sup>	Gedson Brandão Paulino
Prefeito <sup>2</sup>	Gedson Brandão Paulino

1. Responsável pelo governo
2. Responsável pelo envio da prestação de contas

#### RELATOR:

Rodrigo Coelho do Carmo

#### AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO:

Miguel Burnier Ulhôa – Matrícula 203.637



## **SUMÁRIO**

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA.....</b>	<b>4</b>
2.1	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.....	5
2.2	UNIDADE GESTORA ÚNICA .....	6
<b>3</b>	<b>GESTÃO PREVIDENCIÁRIA .....</b>	<b>7</b>
3.1	EQUILÍBRIO FINANCEIRO .....	9
3.1.1	Resultado Orçamentário do Regime de Previdência .....	10
3.1.2	Resultado Financeiro do Regime de Previdência .....	10
3.1.3	Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira .....	12
3.1.4	Acumulação de Reservas para Capitalização do Regime de Previdência ...	12
3.1.5	Adimplência de Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos .....	13
3.2	EQUILÍBRIO ATUARIAL .....	15
3.2.1	Avaliação Atuarial do Exercício .....	15
3.2.2	Evolução das Avaliações Atuariais .....	16
3.2.3	Implementação e Efetividade do Plano de Amortização.....	17
<b>4</b>	<b>REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA.....</b>	<b>21</b>
<b>5</b>	<b>MONITORAMENTOS .....</b>	<b>21</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO .....</b>	<b>21</b>



## 1 INTRODUÇÃO

As contas anuais, objeto de apreciação nos presentes autos, refletem a conduta do Sr. **Gedson Brandão Paulino**, no exercício de suas atribuições como prefeito municipal de Iconha, no exercício de 2023.

Compete ao Núcleo de Controle Externo de Previdência e Pessoal – NPPREV a elaboração de relatório técnico específico, manifestando-se acerca de circunstâncias que possam repercutir na apreciação de contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo, no que tange à condução da política previdenciária, nos termos previstos pelo art. 9º, §§ 1º e 2º, da Resolução TC 297/2016<sup>1</sup>.

Com vistas ao julgamento das contas de governo do Sr. **Gedson Brandão Paulino**, as contas ora apresentadas, autuadas sob o Processo TC-06317/2024-9, foram objeto de análise pelo auditor de controle externo que subscreve o presente Relatório Técnico (RT), cujas constatações apresentam-se nele descritas.

A análise das contas teve o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, sendo realizada com base na apreciação das peças e demonstrativos encaminhados pelo gestor responsável, nas contas dos demais órgãos e entidades vinculados ao regime próprio de previdência, assim como em informações disponibilizadas pela Secretaria de Previdência do Governo Federal, contemplando a gestão da política previdenciária do respectivo ente federativo.

Considerando o resultado da análise do processo sob apreciação, tem-se a evidenciar o que segue:

---

<sup>1</sup> Art. 9º A instrução dos processos de tomada ou prestação de contas apresentadas pelos ordenadores de despesas e administradores dos regimes próprios de previdência municipal e estadual, observará o seguinte escopo: (...)

§ 1º Serão consideradas nas contas de governo as irregularidades ou impropriedades identificadas na instrução dos processos de que trata o caput deste artigo que possam repercutir na apreciação das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo; (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, a unidade técnica responsável pela instrução dos processos de prestação de contas dos regimes próprios de previdência elaborará o relatório técnico específico que subsidiará a análise das contas de governo. (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)



## 2 POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA

O modelo brasileiro de seguridade é composto por três pilares (saúde, assistência e previdência) que visam garantir a oferta de benefícios previdenciários, em sistema contributivo e de filiação obrigatória, além de outros serviços de proteção social, em atenção aos objetivos previstos na Constituição da República.

O sistema nacional de previdência está dividido em três regimes (Regime Geral de Previdência Social, Regime Próprio de Previdência e Previdência Complementar) cujas características encontram-se apresentadas a seguir:

**Quadro 1) Pilares do Sistema Previdenciário Brasileiro**

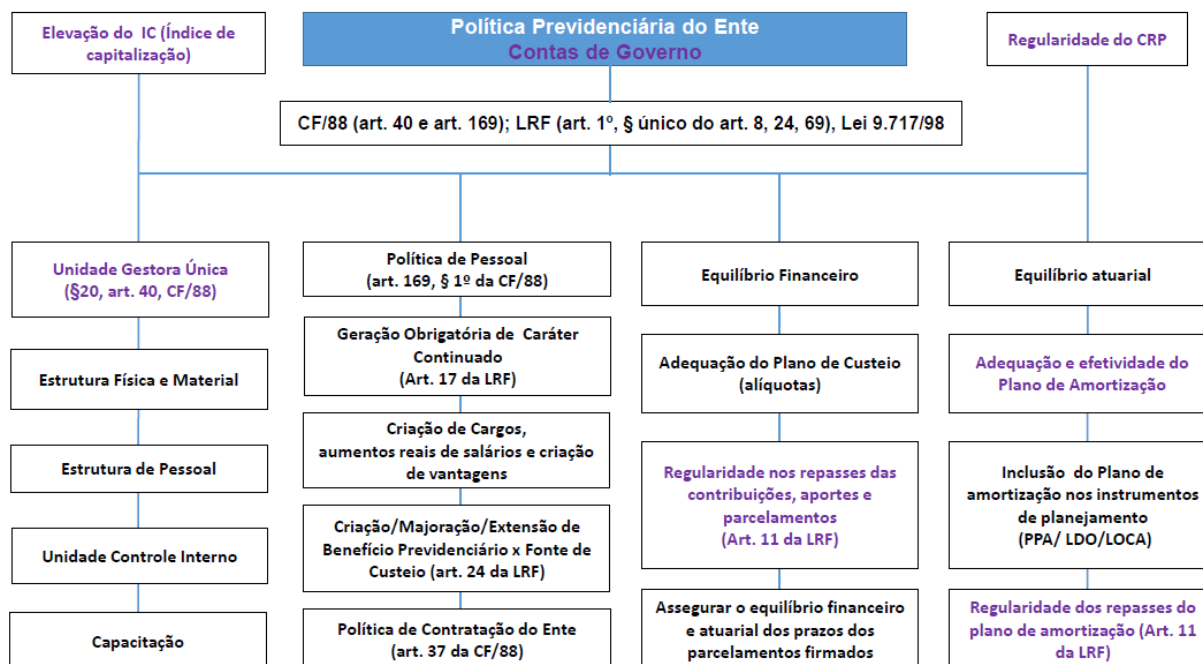
Características Básicas	Regime Geral de Previdência Social – RGPS	Regime Próprio de Previdência Social – RPPS	Regime de Previdência Complementar – RPC
<b>Segurados</b>	Trabalhadores do setor privado e servidores não vinculados ao RPPS	Servidores públicos	Todos os trabalhadores
<b>Filiação</b>	Compulsório	Compulsório	Facultativo*
<b>Natureza</b>	Sistema público	Sistema público	Sistema privado*
<b>Gestão</b>	INSS / Receita Federal do Brasil	Entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios)	Entidades privadas de previdência complementar (fechadas ou abertas)
<b>Proteção</b>	Benefícios limitados ao teto	Benefícios podem ou não ser limitados ao teto	Benefícios complementares
<b>Fundamento constitucional</b>	Artigo 201 da CF	Art. 40 da CF	Art. 202 da CF
<b>Fundamento legal</b>	Leis 8.212 e 8.213/1991	Lei 9.717/1998 e leis de cada ente	LC 108 e 109/2001

\* A EC 103/2019 altera o art. 40, §§ 14 a 16, da CF/88 e torna obrigatória a adoção de Regime de Previdência Complementar nos entes que possuem Regime Próprio de Previdência Social.

**Fonte:** MOTTA, Leonardo da Silva. Normas Gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Secretaria de Previdência/Ministério da Fazenda

Verifica-se a adoção de Regime Próprio de Previdência Social no município de Iconha, instituído por meio da Lei Municipal 34, de 31 de janeiro de 1992.

A condução da política previdenciária por parte do ente patrocinador do RPPS requer a existência de unidade gestora única do regime, compatibilidade com a política de pessoal, além da preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, conforme estabelece a Constituição Federal. Segue modelo ilustrativo para compreensão das diretrizes que devem pautar a condução da política previdenciária por parte do ente:



## 2.1 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O planejamento da política previdenciária exige programação orçamentária específica que contemple os recursos destinados à execução do plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial, quando instituído em lei pelo ente patrocinador, uma vez que representa uma despesa obrigatória de caráter continuado, nos termos previstos pelo art. 165, § 1º, da Constituição Federal.

A Resolução TC 297/2016, com redação dada pela Resolução TC 334/2019, ainda prevê a necessidade de programação específica nos instrumentos de planejamento dos entes contemplando o plano de amortização estabelecido em lei.

Verifica-se que o ente federativo adotou plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial do RPPS, instituído inicialmente com base na Lei Municipal 605/2010, com atualização dada pela Lei Municipal 1.384, de 18/05/2023, que prevê modelo de aportes atuariais crescentes, aplicáveis até o exercício de 2052.

Com base na DELPROG, a Prefeitura Municipal de Iconha demonstrou a existência de programação orçamentária específica destinada à amortização do déficit atuarial, [Leis Municipais 1.271/2021 (PPA), 1.359/2022 (LDO) e 1.365/2022 (LOA)], por meio do Programa 8888 – “Amortização do Déficit Atuarial do RPPS.



Em consulta à LOA, verifica-se a fixação da despesa em “Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS”, no montante de R\$ 2.374.179,71, através da Ação 0.002 – “Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS”, em consonância com informações do arquivo DELPROG.

Diante do exposto, verifica-se que a programação orçamentária do município de Iconha se encontra em conformidade com o disposto pelo art. 165, § 1º, da Constituição Federal.

## 2.2 UNIDADE GESTORA ÚNICA

É vedada a existência de mais de um Regime Próprio de Previdência Social para os servidores titulares de cargos efetivos ou mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, conforme estabelece o texto da Constituição Federal:

Art. 40. (...) § 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. (Redação dada pela EC nº 103, de 2019).

As aposentadorias concedidas anteriormente à criação do RPPS, assim como as pensões delas decorrentes, constituem benefícios de natureza estatutária e, portanto, não devem estar abrangidas no conceito de unidade gestora única.

Em consulta à declaração da existência de pagamento de benefícios previdenciários diretamente pelo chefe do Poder Executivo (DECINAT), não foi informada a ocorrência de pagamentos sob responsabilidade direta do Tesouro municipal.

Por outro lado, com base na execução orçamentária dos diversos órgão e entidades do ente federativo, disponível no módulo ‘PCM’ do sistema CidadES, identificou-se pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais por parte das seguintes unidades gestoras:

**Tabela 1) Pagamento de Benefícios Previdenciários e Assistenciais** **Em R\$ 1,00**

Unidades Gestoras	Aposentadorias 3.1.90.01	Pensões 3.1.90.03	Outros Benefícios 3.3.90.08	Total
032E0800001	5.697.208,01	684.291,00	0,00	6.381.499,01
<b>Total</b>	<b>5.697.208,01</b>	<b>684.291,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.381.499,01</b>

**Fonte:** Demonstrativo Balancete da Despesa – PCM/2023



Conforme disposto pelo art. 9º, § 2º, da EC 103/2019, o pagamento de outros benefícios assistenciais deve ser realizado diretamente pelo ente federativo, cabendo ao regime previdenciário apenas o pagamento de aposentadorias e pensões.

Por fim, em consulta ao módulo 'Folha de Pagamento' do sistema CidadES, não foi identificada ocorrência de pagamento direto de benefícios previdenciários por parte do Tesouro do ente federativo.

Diante do exposto, depreende-se que o pagamento de benefícios previdenciários está atendendo à determinação constitucional, em observância à unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social.

### 3 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

O Regime Próprio de Previdência Social foi instituído por meio da Lei Municipal 34/1992, posteriormente alterada pelas Leis Municipais 158/1997 e 1.166/2020. O plano de benefícios concedidos aos seus segurados está previsto no art. 6º da referida legislação, e se constitui em:

Art. 6º. O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Iconha – IPASIC concederá, nos termos desta Lei, os seguintes benefícios:

I – quanto ao segurado

- a) Aposentadoria por invalidez;
- b) Aposentaria por idade;
- c) Aposentadoria por tempo de serviço;
- d) Aposentadoria especial.

e) II – quanto ao dependente:

- a) Pensão por morte.

Para custear tais despesas, por meio dos arts. 3º e 5º da Lei Municipal 34/1992, (alterados pelas Leis Municipais 1.166/2020 e 1.268/2021), foram fixadas as seguintes alíquotas para o plano de custeio:

Art. 3º. A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 2º, em relação aos Segurados serão consignadas nas respectivas folhas de pagamento, sendo devida no percentual de **14%** (quatorze por cento), incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição.

[...]

Art. 5º. A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 2º, em relação ao Município e demais Órgãos a que estão subordinados os Segurados, nos termos do inciso I do art. 2º, **será de 21,16% (vinte e um**





**vírgula dezesseis por cento)** incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição, sendo 17,56% (dezessete vírgula cinquenta e seis por cento) de **custo normal** e **3,6%** (três vírgula seis por cento) de **taxa de administração**. (g. n.)

O ente promoveu a revisão dos planos de custeio e de benefícios oferecidos pelo regime próprio de previdência, em conformidade com a Lei Municipal 1.166/2020, tendo em vista à necessidade de atendimento ao disposto pelo art. 9º, §§ 2º e 4º, da Emenda Constitucional 103/2019.

A alíquota de contribuição previdenciária dos servidores se encontra estabelecida no percentual de 14,00% da base de cálculo, conforme previsão do art. 3º da Lei Municipal 34/1992, com redação dada pela Lei Municipal 1.166/2020.

As alíquotas patronais, sob responsabilidade dos órgãos e entidades municipais, destinadas à cobertura do custeio normal do plano de benefícios previdenciários, apresentam a seguinte evolução, conforme demonstrado:

**Tabela 2) Alíquotas Patronais Destinadas ao Custeio Normal do RPPS Em R\$ 1,00**

Histórico	Dispositivo Normativo	Alíquota
1	Art. 5º da Lei Municipal 34, de 31 de janeiro de 1992	10,00%
2	Art. 2º da Lei Municipal 462, de 22 de novembro de 2007	11,00%
3	Art. 1º da Lei Municipal 574, de 20 de novembro de 2009	13,64%
4	Art. 1º da Lei Municipal 587, de 30 de março de 2010	12,83%
5	Art. 1º da Lei Municipal 636, de 29 de março de 2011	13,02%
6	Art. 1º da Lei Municipal 697, de 24 de maio de 2012	14,09%
7	Art. 2º da Lei Municipal 929, de 23 de novembro de 2016	15,26%
8	Art. 3º da Lei Municipal 958, de 10 de maio de 2017	17,44%
9	Art. 1º da Lei Municipal 974, de 05 de julho de 2017	17,44%
10	Art. 2º da Lei Municipal 1.038, de 06 de julho de 2018	19,56%
11	Art. 2º da Lei Municipal 1.084, de 17 de maio de 2019	19,56%
12	Art. 2º da Lei Municipal 1.166, de 24 de julho de 2020	19,56%
13	Art. 1º da Lei Municipal 1.268, de 12 de novembro de 2021	21,16%

**Fonte:** Legislação municipal

Verifica-se correspondência entre a alíquota patronal normal estabelecida em lei pelo ente federativo e o plano de custeio normal apurado pela avaliação atuarial (DEMAAT), com data base posicionada em 31/12/2023.





Por meio do Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA, disponível no sistema Cadprev<sup>2</sup>, demonstra-se a evolução do quantitativo de beneficiários vinculados ao RPPS:

**Tabela 3)** Quantitativo de Beneficiários Vinculados ao RPPS **Em R\$ 1,00**

DRAA	2020	2021	2022	2023	2024
Data-base da avaliação	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Servidores Ativos	334	311	293	282	253
Aposentados	112	129	137	148	171
Pensionistas	32	36	37	36	33
<b>Total</b>	<b>478</b>	<b>476</b>	<b>467</b>	<b>466</b>	<b>457</b>

**Fonte:** Demonstrativo DRAA – Sistema Cadprev

De acordo com o resultado da avaliação atuarial (DEMAAT), encaminhada em 2024, data focal em 31/12/2023, constata-se uma proporção de **1,25** entre ativos e inativos, significando um quadro **crítico**<sup>3</sup> para o RPPS, segundo classificação de Nogueira (fls. 220/221).

Com relação ao regime de previdência complementar, exigência estabelecida pelo art. 40, §§ 14 a 16, da Constituição Federal, verifica-se a sua instituição por meio da Lei Municipal 1.252/2021; conforme disposto pelo § 6º do art. 9º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019.

### 3.1 EQUILÍBRIO FINANCEIRO

<sup>2</sup> Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

<sup>3</sup> Os RPPS de cada grupo foram qualificados no que se refere **à relação existente entre o número total de servidores ativos e o número total de aposentados e pensionistas**, conforme as seguintes faixas de “Situação”:

**a) Crítico (até 3,0):** Para cada aposentado ou pensionista existem no máximo 3 servidores ativos. Um RPPS nessa situação possivelmente já apresenta um déficit financeiro, que está sendo suprido pela utilização de recursos do Ativo Líquido acumulado no passado ou por meio de aportes mensais repassados pelo Estado ou Município.

**b) Preocupante (mais de 3,0 até 5,0):** Para cada aposentado ou pensionista existem entre 3 e 5 servidores ativos. Talvez esse RPPS ainda não apresente déficit financeiro, mas a relação indica que brevemente a arrecadação das contribuições sobre a folha de pagamento dos servidores ativos se tornará insuficiente para o pagamento das aposentadorias e pensões.

**c) Razoável (mais de 5,0 até 10,0):** Para cada aposentado ou pensionista existem entre 5 e 10 servidores ativos. Situação intermediária, na qual o RPPS ainda manterá o seu superávit financeiro por algum tempo.

**d) Confortável (mais de 10,0):** Para cada aposentado ou pensionista existem mais de 10 servidores ativos. O RPPS manterá seu superávit financeiro por um período considerável, permitindo que seu Ativo Líquido continue tendo acumulação de recursos. [g.n]



O equilíbrio financeiro decorre de disposições expressas do art. 40, *caput*, da Constituição Federal, do art. 69 da LRF, assim como do art. 1º da Lei Federal 9.717/1998, representando a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações assumidas pelo RPPS em cada exercício financeiro.

O ente federativo deve garantir a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário, sendo responsável pela cobertura de insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de obrigações, nos termos previstos no art. 2º da Lei Federal 9.717/1998.

### 3.1.1 Resultado Orçamentário do Regime de Previdência

O Regime Próprio de Previdência do município de Iconha apresentou o seguinte resultado orçamentário do exercício financeiro, conforme demonstrado:

**Tabela 4) Balanço Orçamentário do RPPS**

**Em R\$ 1,00**

Receitas	Exercício	Exercício Anterior	Despesas	Exercício	Exercício Anterior
Contribuições	3.022.239,70	2.902.330,17	Pessoal e Encargos	6.517.973,92	5.093.487,24
Patrimonial	0,00	7.795,86	Outras Desp. Correntes	124.273,21	77.741,95
Outras Rec. Correntes	5.660.365,82	2.858.569,73	Investimentos	0,00	40.950,00
Déficit	0,00	0,00	Superávit	2.040.838,39	556.996,57
<b>Total</b>	<b>8.683.085,52</b>	<b>5.769.175,76</b>	<b>Total</b>	<b>8.683.085,52</b>	<b>5.769.175,76</b>

**Fonte:** Demonstrativo BALORC/RPPS – PCA/2023

Em consulta aos Balanços Orçamentários do RPPS, observa-se o comportamento do resultado orçamentário dos últimos exercícios, conforme segue:

**Tabela 5) Evolução do Resultado Orçamentário do RPPS**

**Em R\$ 1,00**

Exercício	Resultado Orçamentário
2021	584.217,15
2022	556.996,57
2023	2.040.838,39

**Fonte:** Demonstrativo BALORC/RPPS – PCA/2023/2022/2021

Verifica-se que o resultado orçamentário do exercício de 2023 apresentou significativa elevação comparativamente aos resultados dos exercícios anteriores, aumentando o usual resultado orçamentário positivo.

### 3.1.2 Resultado Financeiro do Regime de Previdência



No exercício em análise, apurou-se a existência de receitas previdenciárias, com exceção à receita com remuneração de investimentos e a receita para amortização do déficit atuarial, para o pagamento de benefícios previdenciários do exercício e demais despesas administrativas do RPPS.

**Tabela 6) Equilíbrio Financeiro do Fundo Previdenciário** **Em R\$ 1,00**

Análise financeira do RPPS	
(+) Receitas Orçamentárias	8.683.085,52
(+) Transferências Financeiras Recebidas	1.651.454,94
(-) Rendimentos das Aplicações Financeiras	0,00
(-) Receita para Amortização do Déficit Atuarial	-4.442.841,56
(-) Transferências Financeiras Concedidas	0,00
(-) Despesas Empenhadas	-6.642.247,13
<b>(=) Insuficiência Financeira</b>	<b>-750.548,23</b>

**Fonte:** Demonstrativo Balancete da Receita, BALFIN e DEMVAP/RPPS – PCA/2023

Depreende-se que o Regime Próprio de Previdência Social não foi capaz de manter o equilíbrio financeiro em suas operações, visto que os recursos destinados ao equacionamento do déficit atuarial do regime em capitalização foram utilizados no pagamento de benefícios previdenciários e demais despesas administrativas do exercício; interferindo na capacidade de formação de reservas do RPPS, conforme demonstrado na tabela 8 (item 3.1.4) deste relatório técnico.

A apuração do equilíbrio financeiro desconsiderou a receita relacionada ao rendimento de aplicações financeiras, bem como as aportes atuariais decorrentes do plano de amortização, visto que elas se destinam à cobertura do déficit atuarial do regime previdenciário; aliada à constatação de fase inicial de acumulação de reservas por parte do regime previdenciário, com ativos garantidores (R\$55.289.393,96) insuficientes para a cobertura de provisões matemáticas de benefícios concedidos (R\$86.763.895,01), conforme se observa na tabela 13 deste relatório técnico.

Considerando que os efeitos do Incidente de Prejulgado, deste Tribunal, devem valer somente a partir de 2026 (Acórdão TC 1063/2024-6 - Proc. TC 916/2023-1); com fundamento no art. 9º da Resolução TC 361/2022, sugere-se **dar ciência** ao chefe do Poder Executivo, sob a forma de alerta, para a necessidade de repasse de aportes para cobertura de insuficiências financeiras do RPPS, em função da utilização indevida de receitas previdenciárias (rendimentos de aplicações financeiras e recursos do plano de amortização) para pagamento de aposentadorias e pensões do exercício, configurando prática administrativa que prejudica a acumulação de reservas



do regime em capitalização, quando ainda não possui ativos garantidores para cobertura de provisões matemáticas previdenciárias de benefícios concedidos; em observância aos arts. 1º, caput; e 2º, § 1º, da Lei 9.717/1998 e ao Acórdão TC 1063/2024-6 - Proc. TC 916/2023-1.

### 3.1.3 Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira

O RPPS recebeu transferência para cobertura de insuficiência financeira, originada do ente patrocinador, no montante total de R\$ 1.651.454,94, conforme registrado no Balanço Financeiro. Além disso, apurou-se o comportamento dos aportes recebidos para a cobertura de insuficiência financeira do RPPS, nos últimos exercícios, conforme segue:

**Tabela 7) Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira do FP/RPPS Em R\$ 1,00**

Exercício	Aporte Financeiro	RCL	Proporção
2021	1.771.956,88	58.343.088,18	3,04%
2022	1.965.538,09	69.191.265,56	2,84%
2023	1.651.454,94	74.251.623,38	2,22%

Fonte: Demonstrativo BALFIN/RPPS – PCA/2023/2022/2021

Verifica-se uma redução do aporte financeiro em 15,98%, no exercício de 2023, assim como de decréscimo na relação entre o aporte financeiro e a Receita Corrente Líquida auferida pelo município de Iconha, revelando diminuição do esforço para cobertura de insuficiência financeira por parte do Tesouro municipal.

### 3.1.4 Acumulação de Reservas para Capitalização do Regime de Previdência

Da análise dos dados abaixo, constata-se que a unidade gestora não possui capacidade de formação de reserva, deixando de constituí-la em R\$ -750.548,23.

**Tabela 8) Capacidade de Formação de Reservas Em R\$ 1,00**

Formação de Reservas	
(=) Saldo do superávit financeiro do Exercício Anterior no BALPAT	44.178.717,99
(+) Rendimentos das Aplicações Financeiras	9.684.276,42
(-) VPD Financeiras	-2.266.610,98
(+) Receita para Amortização do Déficit Atuarial	4.442.841,56
(=) Saldo que <u>deveria existir</u> para Equacionamento do Déficit Atuarial	56.039.224,99
(=) Saldo do superávit financeiro <u>existente</u> no BALPAT	55.288.676,76
(=) <b>Variação das Reservas do RPPS</b>	<b>-750.548,23</b>

Fonte: Demonstrativos BALPAT, DEMREC e DEMVAP/RPPS – PCA/2023



Desta forma, verifica-se que a situação financeira do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha, no exercício de 2023, apresentou-se desequilibrada, com recursos insuficientes para arcar com o pagamento de benefícios previdenciários, prejudicando a formação de reservas, ainda que implementado o plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial do RPPS.

A capacidade de formação de reservas do RPPS apresentou os seguintes resultados nos últimos exercícios financeiros, conforme demonstrado:

**Tabela 9) Evolução da Capacidade de Formação de Reservas do RPPS Em R\$ 1,00**

Exercício	Resultado
2021	40.034.306,11
2022	44.178.717,99
2023	55.288.676,76

Fonte: Demonstrativo BALPAT/RPPS – PCA/2023

Em análise às contas anuais apresentadas pelo Regime Próprio de Previdência, depreende-se pela ocorrência de crescimento das reservas previdenciárias constituídas, contribuindo positivamente para o equacionamento do déficit atuarial.

### 3.1.5 Adimplência de Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos

Com base nas peças que integram a PCA do RPPS, foram avaliados os recolhimentos de valores devidos em contribuições previdenciárias, a título de obrigações patronais devidas pelos órgãos e entidades municipais, bem como obrigações retidas dos servidores e recolhidas para o regime previdenciário.

**Tabela 10) Receita de Contribuições Devidas ao RPPS (competência) Em R\$ 1,00**

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Contribuição Suplementar	Total
UG / CNPJ	Descrição					
032E0700001	Prefeitura Municipal de Iconha	784.132,57	0,00	1.185.157,59	0,00	1.969.290,16
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	15.553,95	6.624,07	23.508,64	0,00	45.686,66
032E0500001	Fundo Municipal de Saúde de Iconha	304.049,83	0,00	462.618,87	0,00	766.668,70
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	47.684,08	0,00	72.070,78	0,00	119.754,86
032L0200001	Câmara Municipal de Iconha	89.857,77	0,00	135.813,67	0,00	225.671,44
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	2.490,00	0,00	3.763,48	0,00	6.253,48
Total		1.243.768,20	6.624,07	1.882.933,03	0,00	3.133.325,30

Fonte: Demonstrativo DEMREC/RPPS – PCA/2023



**Tabela 11) Receita de Contribuições Recolhidas ao RPPS**

**Em R\$ 1,00**

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Contribuição Suplementar	Total
UG / CNPJ	Descrição					
032E0700001	Prefeitura Municipal de Iconha	784.132,57	0,00	1.185.157,59	0,00	<b>1.969.290,16</b>
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	15.553,95	6.624,07	23.508,64	0,00	<b>45.686,66</b>
032E0500001	Fundo Municipal de Saúde de Iconha	282.898,04	0,00	430.649,47	0,00	<b>713.547,51</b>
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	47.684,08	0,00	72.070,78	0,00	<b>119.754,86</b>
032L0200001	Câmara Municipal de Iconha	89.857,91	0,00	135.813,67	0,00	<b>225.671,58</b>
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	2.490,00	0,00	3.691,99	0,00	<b>6.181,99</b>
<b>Total</b>		<b>1.222.616,55</b>	<b>6.624,07</b>	<b>1.850.892,14</b>	<b>0,00</b>	<b>3.080.132,76</b>

**Fonte:** Demonstrativo DEMREC/RPPS – PCA/2023

Considerando as contribuições previdenciárias recolhidas por cada órgão e entidade com vínculo ao RPPS, promoveu-se o confronto entre os valores devidos e efetivamente arrecadados, possibilitando a identificação de débitos não repassados:

**Tabela 12) Receita de Contribuições não Recolhidas ao RPPS**

**Em R\$ 1,00**

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Contribuição Suplementar	Total
UG / CNPJ	Descrição					
032E0700001	Prefeitura Municipal de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
032E0500001	Fundo Municipal de Saúde de Iconha	-21.151,79	0,00	-31.969,40	0,00	<b>-53.121,19</b>
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
032L0200001	Câmara Municipal de Iconha	0,14	0,00	0,00	0,00	<b>0,14</b>
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	0,00	0,00	-71,49	0,00	<b>-71,49</b>
<b>Total</b>		<b>-21.151,65</b>	<b>0,00</b>	<b>-32.040,89</b>	<b>0,00</b>	<b>-53.192,54</b>

**Obs.:** Evidencia a diferença entre as contribuições devidas e recolhidas

**Fonte:** Demonstrativo DEMREC/RPPS – PCA/2023

Portanto, depreende-se pela ausência de recolhimento integral das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS. No entanto, importante registrar que o valor não repassado ao IPASIC, se refere à competência dezembro/2023; possibilitando o recolhimento até o dia 20 do mês subsequente; conforme estabelecido no art. 32, §1º, da Lei Municipal 34/1992, com redação dada pela Lei Municipal 722/2013.

Diante do exposto, conclui-se pelo regular recolhimento de contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, no exercício de 2023, em consonância com a declaração de quitação (DELQUIT/RPPS) e com a declaração do repasse integral de valores ao RPPS (DELREPI).





Também foram analisadas as informações disponibilizadas pela Secretaria de Previdência do Governo Federal, por meio de acesso público ao sistema Cadprev, oportunidade em que não foram identificados parcelamentos previdenciários firmados junto ao RPPS.

Verifica-se ainda a existência de correspondência entre as informações disponibilizadas pelo sistema Cadprev e os controles apresentados pelo relatório detalhado de parcelamentos previdenciários firmados (RELPAR), incluindo documentação relacionada aos parcelamentos firmados (DOCSPAR), disponíveis na PCA do RPPS de Iconha (sistema CidadES).

Por fim, importante destacar a existência de declaração acerca da inexistência de parcelamentos previdenciários vigentes junto ao RPPS, conforme demonstrativo do repasse integral de valores ao RPPS (DELREPI), assim como da relação de leis que autorizam parcelamentos (AUTPAR) e termos de parcelamentos (TERPAR).

### 3.2 EQUILÍBRIO ATUARIAL

Segundo o art. 40 da Constituição Federal, o **equilíbrio financeiro e atuarial** constitui um princípio para o ente federativo que institui o Regime Próprio de Previdência, assim como **um pilar de sustentabilidade da gestão fiscal responsável**, tendo em vista que eventual desequilíbrio pode comprometer suas finanças públicas.

A mensuração do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS se faz por meio de estudo técnico denominado **avaliação atuarial**, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano previdenciário.

Seu papel é **avaliar o plano de custeio do RPPS** para que se mantenha equilibrado, garantindo-se a continuidade do pagamento de benefícios, exigência essa prevista no art. 1º, inc. I, da Lei Federal 9.717/1998.

#### 3.2.1 Avaliação Atuarial do Exercício





Segundo a Previdência Social, as reavaliações atuariais anuais devem apurar a situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, avaliando a adequação da base de dados e das hipóteses utilizadas, com objetivo de apontar as medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Em consulta à legislação municipal, observa-se que o município de Iconha não instituiu a segregação da massa no RPPS, conforme se verifica das informações encaminhadas através do estudo de avaliação atuarial (DEMAAT).

Nos termos do parecer conclusivo do atuário, o RPPS apresentou saldo em ativos do Plano Previdenciário em montante inferior às provisões matemáticas previdenciárias, não observando princípio basilar dos RPPS.

**Tabela 13) Apuração do Resultado Atuarial**

**Em R\$ 1,00**

<b>Resultado Atuarial do Plano Previdenciário</b>	
(-) Provisões Mat. De Benefícios Concedidos (PMBC)	-86.763.895,01
(-) Provisões Mat. De Benefícios a conceder (PMBac)	-62.263.900,88
(+) Total de ativos do RPPS	55.289.393,96
<b>Resultado Atuarial = Déficit</b>	<b>-93.738.401,93</b>
(+) Plano de amortização	70.413.134,97
<b>Cobertura do Plano de Amortização = Insuficiente</b>	<b>-23.325.266,96</b>

**Fonte:** Demonstrativo DEMAAT, data da avaliação: 31/12/2023 e data-base: 31/12/2023

Assim, verifica-se que o Regime de Previdência não possui equilíbrio atuarial, uma vez que seus ativos não são suficientes para a cobertura das provisões matemáticas previdenciárias.

Além disso, depreende-se que o plano de amortização instituído não é suficiente para realizar a cobertura do déficit atuarial do RPPS, motivo que ensejou a revisão do plano de amortização através da Lei Municipal 1.463/2024.

### 3.2.2 Evolução das Avaliações Atuariais

Com base nos dados encaminhados por meio do sistema Cadprev<sup>4</sup>, buscou-se evidenciar a evolução das provisões matemáticas previdenciárias com o objetivo de acompanhar o resultado atuarial do regime previdenciário, desconsiderando-se o plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial do RPPS.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 28/11/2024.



**Tabela 14) Evolução das Avaliações Atuariais**

**Em R\$ 1,00**

DRAA	2020	2021	2022	2023	2024
Data base	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
a) Ativos - PP	34.769.299,42	39.241.332,87	40.206.108,87	44.194.917,99	55.289.393,96
b) Prov. Mat.	(90.718.633,28)	(111.290.628,93)	(125.259.009,80)	(133.270.156,54)	(149.027.795,89)
<b>Cobertura= a/b</b>	0,38	0,35	0,32	0,33	0,37
<b>Resultado = a-b</b>	(55.949.333,86)	(72.049.296,06)	(85.052.900,93)	(89.075.238,55)	(93.738.401,93)
<b>Evolução (%)</b>	26,37%	28,78%	18,05%	4,73%	5,24%
<b>Método de Fin.</b>	PUC	PUC	PUC	PUC	PUC
<b>Atuário</b>	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann

**Fonte:** Demonstrativo DRAA – Sistema Cadprev

Conclui-se que as provisões matemáticas previdenciárias apresentam uma evolução inferior ao acúmulo de ativos, motivo que justifica a elevação do índice de cobertura, sugerindo melhora na relação entre os ativos previdenciários e as reservas matemáticas previdenciárias, apesar da elevação do resultado atuarial negativo.

### 3.2.3 Implementação e Efetividade do Plano de Amortização

De acordo com a Portaria MTP 1.467/2022, caso a avaliação atuarial de encerramento de exercício apure **déficit atuarial**, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, abrangendo instituição de plano de amortização, segregação da massa e outras medidas complementares.

O ente federativo deverá optar por uma das espécies de planos de amortização definidas na Portaria MTP 1.467/2022, que somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei pelo ente federativo.

Art. 56. Para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o plano de amortização estabelecido em lei do ente federativo deverá, adicionalmente aos parâmetros previstos nesta Portaria relativos ao plano de custeio do regime, observar os seguintes:

I - garantir a solvência e liquidez do plano de benefícios, mantendo nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com o regime financeiro adequado, bem como com as obrigações futuras, a serem demonstrados por meio dos fluxos atuariais;

II - que o montante de contribuição anual, na forma de alíquotas suplementares ou aportes mensais, seja superior ao montante anual de juros do saldo do déficit atuarial do exercício, conforme definido no Anexo VI;

III - não poderá prever diferimento para início da exigibilidade das contribuições; e

IV - contemplar as alíquotas e valores dos aportes para todo o período do plano, na forma prevista no art. 10.



Como forma de equacionamento do déficit atuarial, o ente federativo adotou plano de amortização por meio de alíquota suplementar; estabelecido, inicialmente, por meio da Lei Municipal 574/2009. Posteriormente, por meio da Lei Municipal 1.084/2019, houve a alteração no modelo de plano de amortização adotado, passando para aportes atuariais crescentes.

**Tabela 15) Evolução dos Planos de Amortização do Déficit Atuarial**

Histórico	Dispositivo Normativo	Modelo
1	Lei Municipal 574, de 20 de novembro de 2009	Alíquotas suplementares fixas (6,83%)
2	Lei Municipal 587, de 30 de março de 2010	Alíquotas suplementares fixas (5,85%)
3	Lei Municipal 636, de 29 de março de 2011	Alíquotas suplementares fixas (7,40%)
4	Lei Municipal 697, de 24 de maio de 2012	Alíquotas suplementares fixas (8,06%)
5	Lei Municipal 757, de 14 de agosto de 2013	Alíquotas suplementares fixas (10,60%)
6	Lei Municipal 826, de 10 de julho de 2014	Alíquotas suplementares fixas (11,67%)
7	Lei Municipal 910, de 21 de dezembro de 2015	Alíquotas suplementares fixas (7,50%)
8	Lei Municipal 929, de 23 de novembro de 2016	Alíquotas suplementares crescentes
9	Lei Municipal 958, de 10 de maio de 2017	Alíquotas suplementares crescentes
10	Lei Municipal 1.084, de 17 de maio de 2019	Aportes atuariais crescentes
11	Lei Municipal 1.166, de 24 de julho de 2020	Aportes atuariais crescentes
12	Lei Municipal 1.350, de 14 de outubro de 2022	Aportes atuariais fixos
13	Lei Municipal 1.384, de 19 de maio de 2023	Aportes atuariais fixos
14	Lei Municipal 1.463, de 17 de junho de 2024	Aportes atuariais fixos

Fonte: Legislação municipal

Considerando que o plano de amortização foi alterado pela legislação municipal, identifica-se a seguinte evolução das alíquotas suplementares e aportes atuariais:

**Tabela 16) Aportes Atuariais e Alíquotas Suplementares**

**Em R\$ 1,00**

Exercício	Lei 826/2014	Lei 910/2015	Lei 929/2016	Lei 958/2017	Lei 1084/2019	Lei 1166/2020	Lei 1350/2022	Lei 1384/2023
2023	11,67%	7,50%	20,24%	20,24%	2.267.996,49	3.515.000,00	3.515.000,00	3.515.000,00
2024	11,67%	7,50%	22,11%	22,11%	2.525.563,38	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2025	11,67%	7,50%	23,98%	23,98%	2.788.054,80	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2026	11,67%	7,50%	25,85%	25,85%	3.055.543,49	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2027	11,67%	7,50%	27,71%	27,71%	3.328.103,15	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2028	11,67%	7,50%	29,58%	29,58%	3.605.808,45	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2029	11,67%	7,50%	31,45%	31,45%	3.888.735,04	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2030	11,67%	7,50%	33,31%	33,31%	4.176.959,58	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2031	11,67%	7,50%	35,18%	35,18%	4.470.559,75	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2032	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.769.614,22	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2033	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.817.310,36	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2034	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.865.483,46	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2035	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.914.138,30	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2036	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.963.279,68	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2037	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.012.912,48	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2038	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.063.041,60	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2039	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.113.672,02	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2040	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.164.808,74	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2041	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.216.456,83	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2042	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.268.621,39	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74
2043 a 2052	-	-	-	-	-	4.231.866,84	4.407.034,93	4.552.554,74



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Fiscalização de Pessoal e Previdência – NPPREV

2053	-	-	-	-	-	4.231.866,84	-	-
2054	-	-	-	-	-	4.231.866,84	-	-

**Fonte:** Legislação municipal

A avaliação atuarial anterior, com data focal posicionada em 31/12/2022, apurou a insuficiência do plano de custeio suplementar, indicando a necessidade de revisão do plano de amortização do déficit atuarial do RPPS, conforme resultado da avaliação atuarial, disponível na PCA/2022 (Processo TC 4860/2023-7). Trata-se de estudo que pautou a adoção de medidas pela administração, ao longo do exercício de 2023, com base na aprovação da Lei Municipal 1.384, de 18 de maio de 2023.

Por sua vez, a avaliação atuarial (DEMAAT) do exercício, com data base posicionada em 31/12/2023, novamente apura uma insuficiência do plano de amortização vigente, justificando a necessidade de revisão da Lei Municipal 1.384/2023. Considerando que as medidas adotadas ocorreram no exercício seguinte ao de competência da presente PCA/2023, essas ações serão avaliadas por ocasião da análise da próxima PCA.

Com base na Lei Municipal 1.350/2022, a adoção de plano de amortização, por meio de aportes atuariais, contribuiu para a variação patrimonial aumentativa no exercício, conforme evidenciado:

**Tabela 17) Recebimento de Recursos para Amortização do Déficit Atuarial Em R\$ 1,00**

Conta Contábil	Descrição	Valores
4.2.1.1.1.03.00	Contr. Previd. p/ Amortiz. do Déficit Atuarial	0,00
4.2.1.1.2.03.00	Contr. Previd. p/ Amortiz. do Déficit Atuarial	70.413.134,97
4.5.1.3.2.02.02	Aportes Mensais Preestabelecidos	4.442.841,56
<b>Total</b>		<b>74.855.976,53</b>

**Fonte:** Demonstrativo BALVER/RPPS – PCM/2023

Nota: o saldo na conta 421120300 decorre da sua utilização indevida para registro do crédito para amortização do déficit atuarial do RPPS (conta 12110800), conforme arquivo NOTEXP/RPPS

Em contrapartida, o ente federativo registrou a seguinte execução orçamentária relacionada ao pagamento do plano de amortização do déficit atuarial do RPPS:

**Tabela 18) Execução Orçamentária para Amortização do Déficit Atuarial Em R\$ 1,00**

Unidades Gestoras	Alíq. Suplementar 3.1.91.13.20	Alíq. Suplementar 3.1.91.13.21	Aporte Atuarial 3.3.91.97.00	Total
032E0100002	0,00	0,00	140.887,82	<b>140.887,82</b>
032E0500001	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
032E0700001	0,00	0,00	4.011.958,91	<b>4.011.958,91</b>
032L0200001	0,00	0,00	289.994,83	<b>289.994,83</b>
032E0800001	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.442.841,56</b>	<b>4.442.841,56</b>

**Fonte:** Demonstrativo Balancete da Despesa – PCM/2023



Portanto, depreende-se pela existência de proporcionalidade entre o registro de contribuições suplementares, por parte do órgão gestor do RPPS, e o respectivo repasse pelos demais órgãos transferidores.

Com relação à efetividade do plano de amortização, verifica-se a existência de parâmetro normativo que exige pagamento mínimo dos juros incidentes sobre o déficit atuarial, conforme art. 56, inc. II, da Portaria MTP 1.467/2022. Contudo, o art. 45 do Anexo VI da Portaria (Alterada pela Portaria MPS 861/2023) permite uma adequação gradual, com a elevação anual de contribuições suplementares ou aportes atuariais, conforme transcrição a seguir:

Art. 45. A adequação do plano de amortização do déficit atuarial do RPPS ao requisito previsto no inciso II do caput do art. 56 desta Portaria, poderá ser promovida gradualmente, com a elevação das contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes, da seguinte forma: (Redação dada pela Portaria MPS nº 861, de 6/12/2023, republicada no DOU de 1/12/2023)

I - para os entes federativos que comprovarem o disposto no inciso IV do art. 55 desta Portaria:

- a) nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, à razão de um terço do necessário;
- b) no exercício de 2026, cinquenta por cento do necessário;
- c) no exercício de 2027, setenta e cinco por cento do necessário; e
- d) a partir do exercício de 2028, cem por cento do necessário; e

II - para os entes federativos que não se enquadrarem na situação de que trata o inciso I:

- a) nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, à razão de um terço do necessário;
- b) no exercício de 2026, à razão de dois terços do necessário; e
- c) a partir do exercício de 2027, cem por cento do necessário.

Parágrafo único. A adequação gradual do plano de amortização na forma deste artigo poderá ser aplicada:

I - caso assegure a liquidez do plano de benefícios, mantendo nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com o regime financeiro adotado, bem como o cumprimento das obrigações futuras, conforme demonstrado nos fluxos atuariais; e

II - caso a capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo, nos termos do art. 64 desta Portaria, não suporte a sua implantação imediata; e

III - sem observar os requisitos previstos no art. 65 desta Portaria, desde que não comprometa a amortização integral do déficit atuarial.

Em consulta ao Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA, com data base posicionada em 31/12/2023, verifica-se a existência de contribuição mínima por parte do plano de amortização, superando o montante anual de juros do saldo do déficit atuarial do exercício, na razão proposta pelo art. 45 do Anexo VI da Portaria MTP 1.467/2022.



#### 4 REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é o documento, fornecido pela Secretaria de Previdência do Governo Federal, que atesta a adequação do regime próprio de previdência social de Estado, Distrito Federal e de Município aos critérios e exigências estabelecidos pela Lei 9.717/1998, de acordo com os critérios definidos pelo art. 247 da Portaria MTP 1.467/2022.

Conforme previsão do art. 7º da Lei 9.717/1998, a regularidade na emissão do CRP constitui requisito para: realização de transferências voluntárias de recursos pela União; celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes; concessão de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

Em consulta ao portal eletrônico da Secretaria de Previdência do Governo Federal, constata-se a existência de CRP válido ao longo do exercício de 2023; encontrando-se, atualmente, com validade até 23/02/2025<sup>5</sup>.

#### 5 MONITORAMENTOS

Monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal de Contas para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES não foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

#### 6 CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

As contas anuais ora avaliadas refletem a conduta do Sr. **Gedson Brandão Paulino**, no exercício de suas atribuições como prefeito municipal de Iconha, com relação à condução da política previdenciária no exercício de 2023.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 28/11/2024.





Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo gestor responsável, nos processos de contas dos demais órgãos e entidades vinculados ao RPPS, assim como nas informações disponibilizadas pela Secretaria de Previdência do Governo Federal, nos termos previstos pela Instrução Normativa TC 68/2020.

Sob o aspecto técnico-contábil, opina-se pela aprovação da prestação de contas do Sr. **Gedson Brandão Paulino**, no exercício de 2023, na forma do art. 80, inc. I, da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Por fim, com fundamento no art. 9º da Resolução TC 361/2022, sugere-se **dar ciência** ao chefe do Poder Executivo, sob a forma de alerta, para:

- A necessidade de repasse de aportes para cobertura de insuficiências financeiras do RPPS, em função da utilização indevida de receitas previdenciárias (rendimentos de aplicações financeiras e recursos do plano de amortização) para pagamento de aposentadorias e pensões do exercício, configurando prática administrativa prejudicial à acumulação de reservas do regime em capitalização, quando ainda não possui ativos garantidores para cobertura de provisões matemáticas previdenciárias de benefícios concedidos; em observância aos arts. 1º, caput; e 2º, § 1º, da Lei 9.717/1998 e ao Acórdão TC 1063/2024-6 - Proc. TC 916/2023-1 (item 3.1.2 deste RT).

Vitória – E.S., 10 de janeiro de 2025.

**(documento assinado digitalmente)**

Miguel Burnier Ulhôa  
Auditor de Controle Externo  
Matrícula: T203.637